

I ENCONTRO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA DA CIDADE DE GOIÁS

Seminários de Estágio e os Desafios do ENADE

Data: 28 e 29 de setembro de 2016

Local: anfiteatro do Sant'ana

UAECH/Cidade de Goiás

Horário: 14h

CADERNO DE RESUMOS



Realização

UAECH/UFG



Apoio

Regional Goiás P R O E C

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
REITOR: Orlando Afonso do Valle Amaral
VICE-REITOR: Manoel Rodrigues Chaves

REGIONAL GOIÁS
DIRETORA: Maria Meire de Carvalho

CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA
COORDENADOR: Pedro Jonas de Almeida
CURSO DE BACHARELADO EM FILOSOFIA
COORDENADOR: Thiago Rodrigo de Oliveira Costa

COMISSÃO ORGANIZADORA DO EVENTO
Ana Gabriela Colantoni
Fábio Carbat
Djalma Oliveira de Sousa

EDITORAÇÃO DO CADERNO DE RESUMOS
Ana Gabriela Colantoni
Fábio Carbat

Apresentação

A ideia da realização do I Encontro de Licenciatura da Cidade de Goiás surgiu com dois objetivos. O primeiro deles refere-se à valorização dos produtos da disciplina de estágio e vinculação dos mesmos com as atividades de pesquisa. O segundo é o de desenvolver atividades que incentivem o contato dos alunos do curso de Filosofia com a prova do Enade, visando o desenvolvimento de habilidades técnicas preparatórias para a prova, assim como a associação dos conteúdos às pesquisas vigentes tanto dos professores quanto dos alunos de filosofia da Regional Goiás-UFG.

Especificamente para essa atividade, concentramos nossa atenção na prova do Enade aplicada em 2014. Observamos que as questões de 01 a 08 tratam de questões gerais, em que é exigido do examinado habilidade de análise de gráficos, habilidade de interpretação e raciocínio lógico, e também o contato do aluno com informações da atualidade. As outras questões, de conteúdo específico exigem domínio de conteúdos próprios associados à pesquisa na universidade. Por isso, tanto professores quanto alunos foram convidados a apresentar suas pesquisas em andamento que se relacionam diretamente com alguma questão da prova.

Portanto, os objetivos desse projeto não finalizam com a realização do evento. Ao contrário, o evento apenas destaca o início da caminhada rumo a esses objetivos.

Ana Gabriela Colantoni

Coordenadora do estágio da licenciatura do curso de Filosofia

UAECH-Regional Goiás- UFG

DUAS VISÕES DE PLATÃO SOBRE O ESTADO

Professor Dr. José Gonzalo Armijos Palacios
(UFG)

Na República, como sabemos, Platão desenvolve uma sofisticada teoria da justiça que se encontra intimamente ligada a um projeto pedagógico que, por sua vez, está baseado numa ontologia hierárquica da natureza humana. Nesta obra, Platão defende uma teoria de justiça que poderíamos denominar essencialista ou metafísica. Mas nem sempre foi essa a posição de Platão. No Críton, Platão põe e boca de Sócrates uma teoria completamente diferente, e mesmo antagônica, da que vemos na República. Esta comunicação pretende explicitar essa oposição.

A REVOLUÇÃO COPERNICANA E SEUS DIFERENTES ASPECTOS

Matheus Henrique Borges Soares
(discente – UFG)
Orientador: Prof. Dr. Pedro Jonas de Almeida

Uma das propostas mais revolucionárias da epistemologia é apresentada por Kant. Ele propõe que, tal como Copérnico quebra o paradigma de sua época de que a Terra é imóvel e os corpos celestes é que se movimentam ao redor dela, assim os objetos se regulam pelo conhecimento não o contrário. Para Kant, a experiência é aquilo que inicia o processo do conhecimento, apesar disso esse processo não depende exclusivamente da experiência. Para esse tipo de conhecimento o autor usa o nome de juízo sintético a priori e, por outro lado, juízo sintético a posteriori para aquele que depende dela. Segundo Kant, a matemática e a física são disciplinas que exibem um conhecimento a priori, a primeira pura e a segunda parcialmente pura. A matemática é pura, pois pode construir seus fundamentos sem que haja qualquer tipo de dependência da experiência. A física por sua vez não é pura, pois é uma disciplina que busca seus conceitos e também a validação na experiência. Outro importante conceito para o autor é o de coisa em si. Para ele só é possível conhecer o fenômeno, ou seja, a maneira pela qual as coisas se apresentam para nós, não as coisas por elas mesmas. Dessa forma esse é um conceito que mostra o tanto que nosso conhecimento se limita no fenômeno. Apesar disso, é por

meio da análise que a Crítica da Razão Pura faz que a metafísica venha a ter uma nova finalidade, já que até então, segundo Kant, é uma disciplina dogmática, porque não valida seu conteúdo na experiência e fica apenas na razão.

Palavras-chave: revolução, experiência, Razão pura.

A INFLUÊNCIA DA ÉTICA ARISTOTÉLIA NAS TEORIAS DA MODERNIDADE E DA CONTEMPORANEIDADE

Prof. Dra. Ana Gabriela Colantoni
(UFG)

A influência da ética aristotélica nas teorias da modernidade e da contemporaneidade. A ética aristotélica, pertencente à corrente da eudaimonia, influenciou ambas as correntes modernas (deontologia e utilitarismo). Para Aristóteles, para se alcançar o bem supremo, há uma ciência superior às demais (a perícia política), que legisla acerca do que se deve evitar ou fazer para se atingir a felicidade do Estado. A felicidade do Estado é mais completa do que o bem individual. Isso se assemelha ao cálculo de felicidade do utilitarismo de Stuart Mill, que é a somatória daquilo que gera maior prazer e menor dor para o coletivo. Por outro lado, para Aristóteles, as deficiências do caráter produzem-se pela exposição às paixões e ações inclinadas a elas, dessa maneira, ele faz uma crítica àqueles que não possuem domínio de si. Isso se assemelha à deontologia de Kant, que afirma que uma ação que ocorre por causa das inclinações não possui valor moral. Além disso, seja direta ou indiretamente, Aristóteles influenciou também a ética contemporânea, como é o caso de Hare, que, apesar de ser um neokantiano, aceita as análises circunstanciais e desenvolve sua teoria partindo de que todo valor é relativo a um fim.

Palavras chave: Aristóteles; Circunstância; Influências

PENSANDO SOBRE O PENSAR: INTINERÁRIOS DO ESTÁGIO E AS JUSTIFICATIVAS DO ENSINO DE FILOSOFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.

Prof. Ms. Djalma Oliveira de Sousa
(UFG)

O ensino obrigatório de filosofia no Ensino Médio brasileiro, enquanto disciplina, é uma realidade que foi comemorada. Este fato, no entanto, trouxe consigo questões relevantes acerca do que ensinar e como ensinar. Desta forma, questões sobre o currículo e sobre o aspecto pedagógico para o ensino de filosofia passaram a ser objetos de reflexão de educadores. Este esforço em torno da produção de uma filosofia do ensino de filosofia já conta com uma produção a caminho. É justamente neste contexto que o pensamento de Hannah Arendt pode ser considerado para robustecer os esforços já existentes. Neste sentido, o presente trabalho debruçou-se sobre a obra “A vida do espírito” (1978) visando encontrar elementos que possam somar com as reflexões sobre a especificidade do ensino de filosofia. “A vida do espírito” foi projetada para aprofundar o aspecto da vida contemplativa que não foi devidamente considerada na obra anterior, “A condição humana” (1958), sobre a vida ativa. Além disso, “A vida do espírito” tornou-se um imperativo para Hannah Arendt após presenciar o julgamento de Eichmann. Segundo a autora, a ausência do *pensar* em Eichmann o incapacitava para ponderar acerca do que motivava suas ações. Devido a isso se julgava inocente em relação às mortes que autorizou. Arendt, portanto, dedicou-se a refletir sobre a relação entre o pensar e a política. Assim, a autora buscou compreender a atividade da mente nos aspectos *pensar, querer e julgar*. Mas é o primeiro aspecto, o pensar, que este trabalho pretende tangenciar. Assim sendo, demonstrar que as distinções feitas pela autora entre pensar e pensamento, pensar e processos cognitivos, pensar e conhecer, podem contribuir fertilmente para dois aspectos: uma abordagem do ensino de filosofia para além dos motivos pragmáticos expressos, inclusive, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e para uma defesa de sua pertinência no ensino básico. O pensar, enquanto atividade autônoma e independente de resultados está em sintonia com a tradição aristotélica acerca da natureza da atividade filosófica. Portanto, surge aí a possibilidade de se pensar o ensino de filosofia para além dos objetivos pragmáticos, característica primeira do conhecimento científico. O pensar, por sua vez, privilegia não o conhecimento instrumentalizado, mas o sentido das experiências. A definição do

pensar, portanto, enquanto atividade que busca significados de forma provisória pode, de forma privilegiada, oferecer elementos para aprofundar as reflexões em torno da filosofia do ensino de filosofia e da justificação de seu ensino.

Palavras-chave: Pensar; Ensino de Filosofia; Hannah Arendt

A INTEGRALIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR: UM FENÔMENO NO ESTADO GOIANO

Yasmim Sócrates do Nascimento
(discente – UFG)

Orientador: Djalma Oliveira

No presente trabalho serão apresentadas as reflexões sobre a primeira etapa da pesquisa desenvolvida no âmbito da disciplina de Estágio I do curso de Licenciatura em Filosofia da Regional Goiás. Nesta primeira etapa realizou-se uma pesquisa etnográfica no Centro de Ensino em Período Integral – unidade Professor Alcides Jubé –, parceiro da Universidade Federal de Goiás. O referido modelo escolar fora implementado recentemente com o intuito de assumir as dificuldades de ensino aprendizagem, familiares ao ensino público de nível médio e fundamental, introduzindo um novo conceito de educação: o modelo integral. Em face disso, a presente pesquisa debruçou-se sobre a escola com o principal objetivo de identificar em que medida esse novo conceito pode acrescentar melhorias no âmbito educacional. A metodologia adotada seguiu duas direções: a observação e a análise documental. Para tanto, seguiu-se as seguintes orientações: visitas na escola parceira; fichamento do regimento interno escolar; levantamento de dados no SIGE; e, por fim, análise do Projeto Político Pedagógico da escola (PPP). Os principais resultados da pesquisa indicam que, apesar de uma estrutura ainda em construção, o CEPI, Alcides Jubé, disponibiliza recursos para manter o bom funcionamento do modelo escolar e procura, por meio deles, aplicar um conceito diferenciado no âmbito da educação pública.

Palavras-chave: CEPI, educação, integral

DOCÊNCIA DE FILOSOFIA: ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Eliane Divina de Oliveira

(discente – UFG)

Orientador: Djalma Oliveira

Neste trabalho pretende-se apresentar o resultado das atividades desenvolvidas dentro da disciplina de Estágio III do curso de Licenciatura em Filosofia. Desta forma, segundo o objetivo da disciplina, o estagiário deve desenvolver atividades de pesquisa de campo e bibliográfica. A pesquisa de campo foi desenvolvida no Centro Educacional em Período Integral Professor Alcide Jubé. Nesta parte a observação em sala levou em consideração os processos de ensino-aprendizagem e os desafios que os acompanham. A partir disto, desenvolveu-se atividades específicas de docência. As atividades de campo foram iluminadas por atividades bibliográficas com o objetivo de elaborar planos de aula e um projeto de pesquisa em ensino de filosofia. Portanto, as atividades de campo, como se pode perceber, não estão separadas das atividades de pesquisa bibliográfica. Pelo contrário, o relatório a ser apresentado no Seminário de Estágio abordará as observações em sala, o processo de elaboração de planos de aula e a execução das aulas. Assim, a reflexão sobre as questões que foram percebidas entre a elaboração dos planos e a execução dos planos são importantes. Por fim, elaborou-se um projeto de pesquisa de ensino de filosofia fundamentado a partir da autora Lídia Maria Rodrigo. Com este projeto pretende-se levantar questões sobre, por exemplo, em que medida os trabalhos de educadores na área específica de ensino de filosofia no Ensino Médio contribuem para a prática concreta em salas de aula.

Palavras-chave: planos de aula; docência; pesquisa em ensino de filosofia.

O DEBATE DOS UNIVERSAIS E A QUESTÃO DE DEUS NA IDADE MÉDIA

Prof. Dr. José Jivaldo Lima
(UFG)

A “Querela” ou “Problema” dos Universais não é o único nem o maior tema a ser debatido na Idade Média. Todavia, efetivamente foi um tema de grande interesse por quase todos os autores do período, desde Boécio até Guilherme de Ockham, que compreende – praticamente – 1.000 anos de pensamento filosófico. Dos que se debruçaram, aliás magistralmente, sobre a questão temos o grande Abelardo que inicialmente era somente professor das Artes Liberais (mesmo que clérigo, que à altura queria dizer, aquele que recebe bolsa da Igreja) e depois passou também a ser sacerdote consagrado, dada a sua emasculação. Não houve, naturalmente, uma solução da questão, mas vários modos de pensar a questão e de abordá-la, mas essa variedade não esconde os picos de tensão nos debates havidos, máxime, entre Abelardo e seus mestres. Depois dele, também Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham também se debruçaram sobre o tema e deram suas opções teóricas ao embate, também não menos aquilatadamente. Outro tema de grande discussão à época é a questão de Deus. Hoje a questão “Deus” foi praticamente alijada dos debates acadêmicos, mas, além de ser algo recente não deixa de causar perplexidade já que, de algum modo, a questão de Deus sempre volta aos debates do cotidiano. Na Idade Média, conquanto houvesse uma crença “natural” na existência de Deus e em seus atributos, não passou ao largo dos pensadores o desafio de procurar um *locus* ao tema nos debates filosóficos em relação à existência de Deus, seus atributos, suas relações internas e suas relações com o mundo. Daí surgiram grandes nomes no Judaísmo, no Islamismo e no Cristianismo e, dentro deste último, Tomás de Aquino surge como um dos mais robustos protagonistas.

KANT E O IMPERATIVO CATEGÓRICO

Prof. Dr. Pedro Jonas de Almeida
(UFG)

Enquanto as coisas na natureza agem de acordo com leis, os seres racionais agem de acordo com a **representação de leis**. Apenas os últimos possuem uma vontade ou razão prática. Sendo assim, suponhamos seres puramente racionais, dotados de uma vontade santa: nesse caso a razão determina a vontade de modo infalível e a lei moral é **descritiva**. Ao contrário, consideremos um ser no qual a razão está ligada a uma sensibilidade: dessa vez sua vontade estará subordinada não apenas à razão, mas também às inclinações sensíveis derivadas da sensibilidade. Kant diz que, nesse caso, a lei moral é objetivamente necessária, mas subjetivamente contingente. Isto é, pode ocorrer de a ação moral não ser efetivada – contingência. Para seres assim, a lei moral, objetivamente necessária, aparece como um constrangimento, um *tu deves*, um imperativo. A lei moral é **prescritiva** e se formula em um imperativo denominado *categórico*, que exige uma validade universal do querer (vontade), a apropriação de sua máxima por uma lei universal. Ora, o homem é um animal capaz de razão, isto é, um ser que é capaz, em sua situação, de se universalizar. Eis, portanto, o sentido do imperativo categórico: a obrigação, o dever absoluto do homem de se posicionar no lugar de qualquer outro homem, determinando o valor da máxima que ele quer, que ele está tentado a empregar.

Palavras-chave: lei moral; razão prática; imperativo categórico

A CONCEPÇÃO ORGANICISTA DA CIDADE EM PLATÃO

Guilherme de Freitas Leal
Doutorando em Filosofia
(UFG)

A proposta de comunicação consiste em discorrer acerca de três aspectos que emergem no debate acerca da obra *A República* de Platão tendo como pano de fundo temático a ideia platônica de que governar consiste numa arte. Utilizando-se da compreensão do

termo arte provindo do grego *techne* (técnica), remeter-nos-emos a qualquer conjunto de regras que ordena alguma atividade específica. Nesse sentido, Platão, ao afirmar que cada um é diferente do outro, conclui que cada um deve ser orientado a exercer uma atividade que lhe seja mais adequada. Desse modo, exprimir-se-á a concepção organicista da cidade e seus membros, pois assim como os componentes de um organismo com seus variados sistemas, órgãos, tecidos, células, etc., bem como em suas especificidades funcionais, também a cidade deve ser constituída pela composição de seus mais variados aspectos e funções. O filósofo nesse contexto é exatamente aquele que deve ocupar o lugar de governante, isto é, de órgão guia desse organismo social. Afinal, somente aquele dotado da técnica de governar é capaz de orientar todas as outras partes, como a imagem trazida por Platão do timoneiro e do navio. Por conseguinte, num desdobramento da discussão acerca da relevância da diferença para o governo da cidade, Platão levanta sua crítica à Democracia. O problema reside fundamentalmente na concepção de igualdade presente no governo democrático. Tendo em vista que qualquer um possa exercer qualquer cargo ou função dentro da cidade, isto é, qualquer técnica podendo ser executada por qualquer um, o projeto platônico de bom governo e a construção de uma cidade justa ficam comprometidos.

Palavras-chave: cidade, organismo, democracia.

PROGRAMAÇÃO

I Encontro de Licenciatura em Filosofia da Cidade de Goiás
Seminários de Estágio e os Desafios do ENADE

Anfiteatro Colégio Santana (UAECH)

28-09

Mesa 1: Os desafios do Enade

8h – Abertura do evento
Professora Dra. Ana Gabriela Colantoni

8h30 – “Duas visões de Platão sobre o Estado”
Professor Dr. José Gonzalo Armijos Palacios

9h – “A revolução copernicana e seus diferentes aspectos”
Matheus Henrique Borges Soares

10h – “A influência da ética aristotélica nas teorias da modernidade e da contemporaneidade”
Profa. Dra. Ana Gabriela Colantoni

Mesa 2: Seminários de Estágio

14h – “Sobre a importância do Estágio”
Prof. Ms. Djalma Oliveira de Sousa

15h – “A Integralização do Tempo Escolar: um fenômeno no Estado Goiano”
Yasmim Sócrates do Nascimento

16h – “Docência de filosofia: entre teoria e prática”
Eliane Divina de Oliveira

29-09

Mesa 3: Os desafios do Enade

14h – “O Debate dos Universais e a Questão de Deus na Idade Média”
Prof. Dr. José Jivaldo Lima

14h30 – “Kant e os imperativos”
Prof. Dr. Pedro Jonas de Almeida

15h – “Platão”
Prof. Ms. Guilherme de Freitas Leal